



Agosto 2017 - ISSN: 1988-7833

FUTURO DO PASSADO NO TEMPO PRESENTE NO MARANHÃO O PROJETO GRANDE CARAJÁS NO DISTRITO INDUSTRIAL DE AÇAILÂNDIA/MA, BRASIL.

Fagno da Silva Soares¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão /IFMA
fagno@ifma.edu.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Fagno da Silva Soares (2017): "Futuro do passado no tempo presente no maranhão o projeto grande Carajás no Distrito Industrial de Açailândia/ma, Brasil", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (julio-septiembre 2017). En línea:
<http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/03/maranhao-acailandia-brasil.html>

Resumo: O presente artigo está arquitetado em duas seções, a primeira trata da implantação do Projeto Grande Carajás no Distrito Industrial de Açailândia/MA. A segunda parte propõe uma reflexão sobre os desdobramentos socioambientais da implantação dos grandes projetos na Pré-Amazônia Maranhense. Deste modo, objetivando a ampliação do instrumental teórico e aprofundamento dos estudos e reflexões futuros acerca deste tema.

Palavras-chave: trabalho; tempo presente; passado.

Abstract: This article is architected into two sections, the first deals with the implementation of the Grande Carajás Project in the Açailândia / MA Industrial District. The second part proposes a reflection on the socio-environmental developments in the implantation of large projects in the Pre-Amazônia Maranhense. Thus, in order to expand the theoretical tool and deepening of future studies and reflections on this subject.

Keywords: work; present tense; past.

*Compreender o presente por meio do passado e, sobretudo, o passado por meio do presente [...] é a verdadeira justificativa da história.*²

François Bédarida, 2006.

¹Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense-UFF e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo-USP, mestre e especialista em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí-UFPI, professor de história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA/Campus Açailândia. Líder do CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória-IFMA. Pesquisador do Núcleo de Estudos em História Oral NEHO/USP e Grupo Trabalho Escravo Contemporâneo GPTEC/UFRJ.

²BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença da História. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. [Orgs.] **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed. 2006, p. 221. Faz referência aos historiadores *anallistas* Lucien Febvre e Marc Bloch.

Açaí, buriti, bacaba, babaçu, carnaúba... O Maranhão é poetizado como 'Terra das Palmeiras', conotativo dado por Fróis de Abreu, em 1931, mas já em 1614, Claude d'Abbeville exaltava-o como um jardim de palmeiras. Nestes termos, Gonçalves Dias ciciava na Canção do Exílio, "minha terra têm palmeiras [...] minha terra têm primores [...]"³ Assim, o poeta exaltava a beleza e a saudade que sentia de sua terra natal, colonizada por portugueses, invadida por holandeses e franceses. Hoje é a terra de cultura, cantos e desencantos, de desenvolvimento, embalada pelo trem que deveria trazer o progresso pelas estradas de Ferro Carajás e Norte-Sul ao Estado.

Geograficamente, o Maranhão situa-se na Macrorregião Nordeste e na sub-região Nordestina Meio-Norte ou Nordeste Ocidental, ocupando uma área de 331.983.293 km² totalmente habitável, o correspondente a 3,2% do território nacional e 21,3% do território nordestino o que lhe confere o 8º e 2º lugar em extensão territorial das terras brasileiras e nordestinas, respectivamente, perfazendo uma área superior a 127 nações do globo, vale citar países como Israel, Suíça, Holanda, Portugal, Grécia, Inglaterra e outros territorialmente menores que o Estado.

Com uma população estimada em 6.574.789 habitantes segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, destes, mais de 25% de seus habitantes estão abaixo da linha da miséria. Tal população encontra-se distribuída em 5 mesorregiões, 21 microrregiões em 217 municípios do Estado. Localizado na área de transição entre o Nordeste e a Amazônia, possui características de ambas as regiões, no contexto humano e socioeconômico é predominantemente nordestino, já no aspecto geofísico é nortista. Assim, o Maranhão é o menos nordestino dos Estados da Região Nordeste do Brasil, por estar localizado em uma região de transição denominada de Meio Norte, limitrofiando o Nordeste da Amazônia, assim ao norte com o oceano Atlântico, a oeste com o Pará, a sudoeste com o Tocantins, e a sudeste e a leste com o Piauí.

Quanto à história do Maranhão, aponta que somente com a criação da Companhia de Comércio do Maranhão houve um impulso significativo para o desenvolvimento econômico da então capitania que, durante todo período colonial, amargou precária situação financeira. Mas foi durante o Império que o Maranhão, especialmente em São Luís e Caxias viveu o esplendor de sua economia com a formação do incipiente parque industrial que se apresentava como possibilidade de investimentos para amenizar os prejuízos causados pela abolição da escravidão. Todavia, a indústria têxtil maranhense sofreu um colapso nos primeiros anos de República, o que representou um aniquilamento de sua economia.

³DIAS, Gonçalves. Canção do exílio. In.: BANDEIRA, Manuel. **Obras poéticas de Antonio Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: Nacional, 1944. Poema escrito em julho de 1843 na cidade portuguesa de Coimbra.

O Maranhão do século XX teve em seu bojo o atraso industrial apesar do discurso de modernização apregoado inicialmente por Vitorino de Brito Freire, político habilidoso, Deputado Federal em 1945, participou do congresso constituinte de 1946. A partir de 1947, elegeu-se para o Senado por quatro mandatos consecutivos. Não tendo por nenhuma vez ocupado o cargo de governador do Estado do Maranhão, mas tendo controlado por cerca de 30 anos, todos que ocuparam o cargo neste período, algo que nos ainda é muito comum na política, mesmo no Maranhão do século XXI, ao que nos parece ser um nó que o passado nos lega para que desatemos.

O ápice do vitorinismo foi a eleição de Assis Chateaubriand ao Senado do Maranhão em 1955, sem nunca visitar o Estado, tendo chegado ao Maranhão na véspera da eleição proferindo a seguinte expressão ‘viva o Maranhão’ tão logo renunciou ao mandato ao ser designado embaixador em Londres, no governo Kubitschek. Em 1945, com a deposição de Vargas, assumiu o governo no Maranhão Saturnino Belo 1946-1947, seguido por Sebastião Archer, 1947-1951; Eugêncio de Barros, 1951-1956; Eurico Bartolomeu, 1956-1957; José de Matos, 1957-1961 e Newton de Barros, 1961-1966. Em 1966, assumiu o governo José Sarney da Costa, que iniciou o período da *pseudo-modernização* denominada de ‘Maranhão Novo’, com projetos que priorizavam os setores de energia e transportes, na tentativa de viabilizar a infra-estrutura necessária à industrialização favorecendo assim, as grandes corporações empresariais. Sob o manto do discurso desenvolvimentista, tentaram camuflar a realidade socioeconômica do Estado para restante do país.

Uma das principais características da estrutura produtiva do Maranhão é a atividade agrícola e a pecuária, de modo que, “cerca de 4/5 da população do Maranhão vive no campo [...] é o Estado de maior população rural do país, de uma economia predominantemente agrícola”.⁴ Porém, a economia maranhense cresceu, quando dos investimentos em setores como a agropecuária e o extrativismo vegetal e mineral estimulados por vultosos investimentos e incentivos creditícios fiscais e tributários empreendidos por órgãos governamentais como as antigas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e do Nordeste – SUDENE. O parque industrial maranhense só obteve crescimento a partir dos anos 80, com a implantação do Grande Projeto Carajás que permitiu a criação da Estrada de Ferro Carajás e a modernização dos portos Ponta da Madeira e Itaqui para o escoamento do minério de ferro extraído da Província Mineral de Carajás. Em contrapartida, acentuaram o processo de degradação ambiental e aumentaram em progressão geométrica os conflitos por questões fundiárias em todo o Estado. Diante disto, dedicaremos alguns parágrafos para uma rápida pincelada, quando a história recente da Amazônia que de região taxada de atrasada economicamente foi catapultada à condição de ‘*Meca brasileira da prosperidade*’, o mito do celeiro do mundo. Este deslocamento está visceralmente ligado à história da Região da Pré-Amazônia Maranhense, uma vez que os investimentos que se seguiram nos anos seguintes

⁴CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS DE AÇAILÂNDIA, 2011, p. 27.

para a Amazônia atingiram, sobretudo, aos municípios da Amazônia Oriental, e, por conseguinte, a cidade de Açailândia, lócus de nosso estudo.

Durante a Ditadura Militar no Brasil vigorou um invasivo projeto geopolítico de integração territorial, ocupação demográfica e controle político e econômico da Amazônia que em duas décadas passou a ter mais habitantes do que em 500 anos de história. Logo, em meados da década de 60, por meio da Lei 5.173/66 foi criada a Amazônia Legal⁵ para fins de planejamento estratégico, em virtude dos debates ainda nascentes acerca da internacionalização da Amazônia. Neste momento, o então presidente Humberto de Castello Branco com o discurso da defesa das fronteiras territoriais frente à cobiça internacional, lança o lema *‘integrar para não entregar’*, com este os militares apregoavam em tom ufanista a integração econômica da Amazônia com o resto do Brasil, a partir do fomento às políticas públicas que favoreceram a uma intensa onda migratória que se formou para a região à revelia das cadeias de subsistência já existentes, expulsando assim as populações tradicionais camponesas e indígenas. Sob o pretexto de uma possível intervenção internacional, o governo militar de Garrastazu Médici ufanou o slogan *‘terra sem homens para homens sem terra’*, dando continuidade com a política de ocupação da Amazônia nos anos de seu governo já na década de 70, transferindo da região do Nordeste para a Amazônia, populações consideradas em zona de miséria. Fomentou a criação de grandes latifúndios com a doação de títulos de terras para políticos e organizações empresariais em detrimento da formação de minifúndios. Ademais, o general Médici protagonizou um dos maiores fracassos econômicos da Ditadura Militar brasileira, a malfadada rodovia Transamazônica,⁶ considerada a mais faraônica obra dos militares dadas às proporções gigantescas de um projeto que nunca foi terminado, mas que serviu ao bel-prazer dos interesses políticos do militares na Região.

A crise econômica vivida nos anos 80 levou o Brasil Amazônico a uma desordem fundiária sem precedentes, crescendo a passos largos a demanda por terras em todo país. Coube ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a tarefa de assentar os migrantes que, incapacitado de cumpri-la, legou às elites políticas locais esta incumbência. Soma-se a isto a *corrida do ouro* moderna em virtude da descoberta do maior garimpo a céu aberto do mundo, Serra Pelada,⁷ o Eldorado de ilusões da Amazônia que vitimou em seu ápice centenas de garimpeiros que acreditavam terem ido à busca de uma vida melhor, mas pagaram com a própria vida a leda escolha. Neste ínterim, ocorreu um divisor de águas na história da Amazônia, o assassinato do líder sindical e defensor da floresta, Chico Mendes,

⁵Extensa área abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

⁶Obra inaugurada em 30 de agosto de 1972, possui 4.223 km de comprimento, ligando a cidade de Cabedelo/PB à Lábrea/AM, atravessando sete estados do Norte e Nordeste do Brasil: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. Em alguns trechos constitui-se em um ‘elefante amarelo’, por se tratar de uma obra inconclusa com trechos intrafegáveis que ao longo dos anos tem onerado significativamente os cofres públicos e servido de *lobby* político para compra de votos e desvio de verbas.

⁷Localiza-se no município de Curionópolis ao sul do estado do Pará. Acredita-se que já foram extraídas mais 30 toneladas de ouro. Atualmente, o maior garimpo de ouro do mundo está desativado.

cujo incidente ganhou repercussão internacional. Desde então, por força da pressão de organismos supranacionais o governo brasileiro passou a redimensionar suas políticas para a região, que passaram a dar ênfase ao controle do desmatamento e das questões agrárias.

Em poucos anos, as árvores da Floresta Amazônica foram dando lugar ao pasto para a criação bovina, causa maior do desmatamento atualmente, corroborando para que as questões ambientais entrassem na pauta da agenda mundial, especialmente depois da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD, mais conhecida como Eco-92, realizada no Rio de Janeiro que trouxe a cena o conceito de desenvolvimento sustentável, defendendo a harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico e a proteção e conservação dos ecossistemas terrestres, como possibilidade sustentável de crescimento econômico, com isso ocorreu a difusão dos movimentos ambientalistas em todos os continentes, potencializando antigas reivindicações das populações atingidas. Em contrapartida, nos anos 90, o IBGE noticiou a significativa elevação do contingente populacional na Amazônia Legal, com taxas anuais de crescimento numa cadência superior à média brasileira, explicadas por ser a região ainda muito atrativa para atividades voltadas ao agronegócio e ao extrativismo vegetal e mineral. Tal configuração espacoeconômica perfilada pela rápida expansão da fronteira agrícola na Amazônia impôs aos trabalhadores rurais uma difícil realidade, ficando-os a mercê dos interesses eminentemente capitalistas dos latifundiários e seus séquitos agregados. O que nos leva a seguinte ilação: A Amazônia só será realmente preservada quando for compreendida com todas as suas singularidades e complexidades. Neste sentido, a escravização por dívida no Brasil provém de

resquícios do passado em fazendas remotas e atrasadas. Encontram-se nos desmatamentos, na produção de carvão, nos seringais e garimpos, em projetos com incentivos fiscais de bancos e multinacionais. São consequências de uma receita de modernização e da limitada democracia brasileira.⁸

Neste contexto, o modelo de desenvolvimento sinalizado para a Amazônia, sobretudo na região de fronteira agrícola trouxe à baila, questões de ordem social, como o uso da mão de obra trabalhadora em condições degradantes somado ao cerceamento da liberdade na produção do carvão vegetal para fins siderúrgicos, o que configura em nossos termos, trabalho escravizante. Os exploradores valem-se da situação de grande vulnerabilidade e miséria dos trabalhadores, que diante da situação submetem-se a situações precárias de trabalho para sustentarem suas famílias. Logo, identifica-se uma incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e trabalho escravo, são polarizadores e incongruentes.⁹ Portanto, não coexistem harmoniosamente. Deste modo, os trabalhadores rurais que antes trabalhavam em fazendas, quer na produção agrícola ou na pecuária, foram forçados a sair do campo e

⁸SUTTON. Alison. **Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil hoje**. São Paulo, CPT/Anti-Slavery International, 1994, p.22.

⁹BASCARÁN, Carmen; MOURA, Flávia; TEIXEIRA, Milton [Org.]. **II Conferência Inter-participativa sobre trabalho escravo e super-exploração em fazendas e carvoarias: trabalho escravo é crime; desenvolvimento sustentável é vida**. CDVDH. Açaílândia; Gráfica Açaílândia, 2007, p. 16.

passaram a viver na cidade, não encontrando emprego, voltam sazionalmente ao campo para atuar nas carvoarias em virtude da crescente demanda de carvão vegetal para alimentar os auto-fornos das cinco unidades fabris de produção de ferro-gusa na cidade de Açailândia. Segundo Vieira “para cada 1560 kg de ferro produzido são utilizados 640 kg de carvão vegetal. A cada dois metros cúbicos de madeira produz-se apenas um metro cúbico de carvão, o que significa uma devastação bastante acentuada”.¹⁰ Ainda nesse trajeto, o autor acrescenta que existem diversas formas de produção de carvão, destacamos, uma que consideramos pertinente a nossa análise:

O trabalhador é contratado pelo proprietário para a fabricação de carvão em suas terras, também em diversas baterias de fornos, exigindo do mesmo o plantio de capim, após a derrubada da madeira destinada à fabricação do carvão [...]. O proprietário paga ao trabalhador a irrisória quantia que varia entre R\$ 10,00 [dez reais] a R\$ 15,00 [quinze reais], por cada forno [...]. Para aumentar sua renda, alguns trabalhadores utilizam o trabalho de seus filhos menores, retirando-os da escola.¹¹

Nos termos que está disposto na citação acima, podemos constatar que o processo de desmatamento na região de Açailândia com objetivo inicial o plantio de capim para a pecuária e tempos depois para o eucalipto, sendo destinado à fabricação do carvão. Aos poucos essa prática vem ganhando fôlego e gerando desdobramentos de diversas ordens, a exemplo dos empregadores que se utilizam inclusive da mão de obra infantil. Os estudos realizados pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - NAEA, sob a orientação dos professores Maurílio de Abreu Monteiro e Edna Maria Ramos de Castro apontam os impactos socioambientais causados pelas indústrias sidero-metalúrgicas e do carvoejamento na Amazônia Oriental brasileira.¹² Adensam a esta constatação dois estudos monográficos que discutem as relações entre a escravidão contemporânea e o desmatamento para a produção de carvão vegetal na Pré-Amazônia Maranhense, mais precisamente em Açailândia.¹³

¹⁰VIEIRA, Silvio. **A influência do pólo guseiro no desenvolvimento de Açailândia**. 2002. 68p. Monografia [Graduação em história]. Centro de Estudos Superiores de Imperatriz - CESI, Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2002, p.45.

¹¹VIEIRA, 2002, pp.45-46.

¹²Vide as publicações, MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia: Drenagem energético material e pauperização regional**. Belém: NAEA/UFPA. 1998./_____. **A Siderurgia e a Produção do Carvão Vegetal no Corredor da Estrada de Ferro Carajás**. In: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo G. **10 Anos de Ferro Carajás**. Belém: UFPA, 1997./_____. **Carvoejamento, desmatamento e concentração fundiária: repercussões da siderurgia no agrário regional**. In: HOMA, Alfredo K. **Amazônia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola**. Brasília: Embrapa-SPI, 1998./CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Grande Carajás: Nascimento de um Pólo Guseiro em Açailândia, Maranhão**. **Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social [CEAS]**, Salvador, n° 142, pp. 74-85, Novembro/dezembro. 1992.

¹³Vide as publicações, PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. **A escravidão contemporânea no Brasil e o desmatamento da Floresta Amazônica: impactos socioambientais provocados pelas carvoarias em Açailândia-MA**. 2008. 103p. Monografia [Graduação em Ciências Sociais/antropologia] Universidade de Brasília. Brasília, 2008./PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. **A escravidão por dívidas nas carvoarias da Amazônia**. 2009. 101p. Monografia [Graduação em Ciências Sociais/Sociologia] Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

Nas imagens a seguir, temos um constraste entre as crianças da comunidade de Piquiá de Baixo que representam o futuro e a Ponte do Quarenta no Piquiá, km 512 da Estrada de Ferro Carajás, símbolo de progresso, que à guisa do discurso desenvolvimentista, trouxe à baila a poluição, o barulho e as doenças, bem como, ensajou o uso do trabalho escravizante na região, demonstrando na segunda fotografia, onde vemos o povoado Piquiá de Baixo e ao fundo uma indústria siderúrgica lançando seus dejetos no rio. Logo, o tão sonhado desenvolvimento ainda não se fez acontecer.

Foto1: Ponte do Quarenta/Comunidade de Piquiá de Baixo e ao fundo guseiras.



Fonte: Greenpeace, 2012 / FREIRE, Gilberto, 2005.

Noutros termos, voltemos ao Programa Grande Carajás, que segundo Vieira, foi estruturado a partir de obras consideradas de impactos para o Estado do Maranhão, sejam ambientais ou socioeconômicos, tais como: a estrada de Ferro Carajás, controlada pela

CVRD, interligando a área produtora aos portos de exportação em São Luís; implantação da CVRD: para trabalhar na extração e exportação do minério de ferro, manganês e outros; implantação da ALUMAR, empresa resultante de acordo entre a ALCOA e a BILLINGTON, para produção de alumínio e alumina, a partir da bauxita extraída em Carajás; implantação da METALMAN, em Rosário, para produção de manganês metálico e dióxido de manganês e implantação de siderúrgicas de Ferro-Gusa, localizadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás e utilizando-se do carvão vegetal como combustível.¹⁴

Ainda neste contexto, o Programa Grande Projeto Carajás, criado em 1980, engendrou audaciosamente um plano de infraestrutura que incluiu desde a construção da Estrada de Ferro Carajás, do Porto de Itaqui até a da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, um ambicioso projeto de desenvolvimento para explorar uma das maiores jazidas de minérios do mundo, visando atender parte significativa da demanda de ferro gusa dos parques industriais da Europa, Estados Unidos e Japão. Sobre o PGC, o historiador Raimundo Santos, com sintetiza,

¹⁴VIEIRA, Silvio. **A influência do pólo guseiro no desenvolvimento de Açailândia**. 2002. 68p. Monografia [Graduação em história]. Centro de Estudos Superiores de Imperatriz - CESI, Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2002, pp.26-27.

foi um mega empreendimento liderado pelo governo federal no início da década de 1980, com o objetivo central de extrair os minérios descobertos na Serra dos Carajás, estado do Pará. Além da extração e processamento mineralógico, inclui-se projetos agropecuários e de reflorestamento de eucalipto, dentre outros, em gastos superiores a 62 bilhões de dólares. Um dos principais objetivos do projeto consistiu em atrair investimentos estrangeiros para a Amazônia Oriental, com o intuito de amenizar a crise financeira que o país enfrentava na época. Apesar de ter apresentado alguns resultados positivos, trouxe uma série de problemas ambientais, sociais e culturais a boa parte das populações locais, especialmente quebradeiras de coco.¹⁵

Com tamanha envergadura, estes investimentos na Amazônia Brasileira como a construção da ferrovia e do porto para o escoamento da produção tornou-se possível a implantação de unidades industriais produtoras de ferro gusa nos municípios de Açailândia-MA e Marabá-PA, confazendo o Pólo Siderúrgico Carajás, visando à extração do minério de ferro na Província Mineral de Carajás, localizada na Floresta Nacional de Carajás, município de Parauapebas, a 550 km de Belém, capital do vizinho Estado do Pará. Faz-se mister destacarmos que os desdobramentos ocorreram em região de fronteira carregada de “um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora [...] é na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico”,¹⁶ como enfatiza o sociólogo Martins.

O Projeto Grande Carajás além de favorecer ao aumento da concentração fundiária nos Estados do Maranhão e Pará e provocar mais devastação da floresta Amazônica, suscitou conflitos de diversas ordens. Do universo dos “trabalhadores escravizados no Brasil, 39% são maranhenses”,¹⁷ um dado assustador, que revela a situação dos trabalhadores do campo no Maranhão. O Estado é recordista, na exportação de mão de obra para o trabalho escravizante para a Amazônia, sua localização estratégica, dividido as Regiões Norte e Nordeste, favorece a prática. Trata-se, portanto, de mais uma região de fronteira.

Nos termos de José de Souza Martins, a compreensão da categoria fronteira perpassa o conceito de ‘alteridade’ ladeado por duas categorias coexistentes; a frente pioneira e a frente de expansão, distingui-las se faz mister em nosso estudo. Neste sentido, para o autor, a *frente pioneira* é definida pela presença do capital na produção e exploração do território ao passo que, a *frente de expansão* relaciona-se aos grupos humanos que buscam melhores condições de vida e por isso, passam a ocupar novas áreas, a exemplo em primeira instância da ocupação indígena na Amazônia. É relevante destacarmos também que ambos os processos representam momentos históricos singulares, marcados por um processo de expansão territorial do capital. Estes conceitos serão detidamente aplicados e analisados em

¹⁵SANTOS, Raimundo Lima dos. **O projeto Grande Carajás - PGC e algumas consequências regionais.** Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, Nº 07, Rio, 2010.

¹⁶MARTINS, José de Souza. **Fronteira** - a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, Hucitec, 1997, p.13.

¹⁷CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS DE AÇAILÂNDIA, 2011, p. 31.

pesquisas posteriores somadas a outras categorias conceituais como fronteira, migração e território, a exemplo do que fez a historiadora Idelma Santiago em sua dissertação e tese.¹⁸

Nos termos de Martins, podemos considerar o município de Açailândia, uma região de fronteira, espaço litigioso, lugar da alteridade, geralmente palco de conflitos,¹⁹ onde coexistem diferentes interesses motivados pelo capital que favoreceram sobremaneira a existência da escravizados por dívida, reconceituada por Flávia Moura, como escravos da precisão,²⁰ expressão nascida de suas pesquisas com trabalhadores rurais em Codó-MA, que tangidos de suas terras são compelidos como estratégias de sobrevivência familiar que se submetem às condições degradantes de trabalho, motivados, segundo eles, pelo que denominam de 'precisão', ou seja, necessidades de sobrevivência, suscitando rearranjos societários e laborais forjando novas sociabilidades. A pesquisadora finaliza o livro, resultado de sua pesquisa de mestrado em ciências sociais, com a expressão "a precisão como escravidão",²¹ ou seja, causa primeira da reincidência ao trabalho escravizante, o elo que fortalece os grilhões da escravização, que no dizer de Alison Sutton, a dívida é fundamental para que o neoescravocrata mantenha o trabalhador na condição de escravizado. Assim a autora sublinha que

o principal instrumento de escravização no Brasil de hoje é o endividamento – a imobilização física de trabalhadores em fazendas, até que terminem de saldar dívidas a que ficaram submetidos através de fraude e pelas próprias condições de contratação do trabalho. Trabalhadores de regiões atingidas pela recessão ou pela seca são aliciados por contratos verbais, e depois levados em caminhões que os transportam a milhares de quilômetros de distância, para trabalhar em condições perigosas. Ao chegar ao destino, os salários atraentes que lhes haviam sido prometidos são reduzidos, e depois confiscados para pagar o custo do transporte, da alimentação e até dos instrumentos de trabalho. Normalmente os trabalhadores não têm acesso aos cálculos dos encargos debitados em seu nome, e não recebem dinheiro vivo.

¹⁸Ver, DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará**: Marabá [1968-1988]. 188f. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2006./_____. **Fronteira cultural**: A alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010. Outros como: CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. **Correntes do Araguaia**: a exploração de trabalhadores migrantes no nordeste mato-grossense durante a década de 1970. 2012. 132p. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2012. / VIEIRA, Marciano Max Rodrigues. **Projetos de colonização em Mato Grosso**: a superexploração de trabalhadores migrantes a partir de 1970. 2010. 123p. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2010. / SOUZA, Maria Aparecida A. Martins. **Retalhos de vidas**: escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia [1970-2005]. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

¹⁹Ibid., p.32. Segundo o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST o assassinato do Sr. Valdir, no município de Açailândia em 1977, motivado por questões de terra, simboliza os vários trabalhadores que tombaram frente aos homens perversos do capital na Região. Ver, CIOCCARI, Marta. CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no campo** - Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília; 2011, p. 139.

²⁰MOURA, Flávia de Almeida. **Escravidão da precisão**: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó [MA]. São Luís, EDUFMA, 2009.

²¹Ibid., p.119.

Com o passar do tempo, a dívida dos trabalhadores vai ficando maior, de tal modo que não lhes é possível ir embora. A identidade e a carteira de trabalho frequentemente são retidas para que os trabalhadores não escapem. A intimidação e a força física são comuns para evitar fugas.²²

Destacamos que para além do endividamento financeiro artificialmente criado, os escravizadores se valem de outro laço complacente da dívida, consubstanciado nas relações de força e da obrigação moral destes em saldar suas dívidas, ainda que seja pouco provável auferi-la, uma vez que o soldo cresce aritmeticamente quando não negativo, enquanto dívida exponencialmente.

Os próprios trabalhadores parecem resignados ao utilizarem expressões do tipo 'sou homem de palavra', 'sou cabra macho, não corro de trabalho', 'sou pau para toda obra' e 'vou ficar até pagar a dívida'. A bem da verdade, tais expressões representam o senso de compromisso destes para com sua atividade laboriosa, assim como certo desconhecimento por parte de muitos trabalhadores da real condição a que estão submetidos. Estes trabalhadores ficam presos à dívida e a questões de ordem moral, ou seja, o pretexto da dívida faz dos trabalhadores cativos impossibilitados de saldá-las, tornam-se prisioneiros sem grades ou correntes. Por isso, preferem continuar cativos a saírem como devedores e não cumprirem com a palavra dada, tudo em nome de sua honradez demonstrada em expressões do tipo: *'eu sou homem de palavra'* ou *'a honra e o nome são as únicas coisas que tenho'*. Valem-se disto os empreiteiros para continuarem a explorá-los.

Por acreditar que a pesquisa que fazemos tem o comprometimento social e, portanto possa contribuir para a criação de políticas públicas, e que defendemos a necessidade de ações planejadas do poder público nas áreas de educação, geração de emprego e renda nestas regiões, para que possamos solapar os grilhões do passado no tempo presente na Amazônia brasileira. Ao que parece, o eldorado ainda está posto na Amazônia, mesmo no século XXI, resta-nos saber para que e para quem? Como se sabe, a mineração arranca a pele da terra fazendo-a sangrar e a escravização toma de assalto a dignidade do trabalhador. Assim, sob o signo da modernidade amazônica, constrói-se uma Amazônia para poucos. Neste contexto, selecionamos as imagens abaixo, para mostrar a devastação de parte da Floresta Pré-Amazônica com a presença de fornos que transformam árvores em carvão para abastecer as indústrias guseiras do Complexo Carajás. Nas imagens a seguir, vemos uma madeireira em pleno funcionamento, diga-se de passagem, ilegalmente dentro e nas proximidades da Reserva Biológica de Gurupi no Estado do Maranhão.²³

²²SUTTON. Alison. **Trabalho escravo:** um elo na cadeia da modernização no Brasil hoje. São Paulo, CPT/Anti-Slavery International, 1994, p.22.

²³É uma das maiores reservas biológicas do país criada em 1961, localiza-se no município de Carutapera-MA a oeste do Estado do Maranhão, possui uma rica biodiversidade expressa em uma Floresta Tropical Úmida. A falta de fiscalização e vigilância fazem da floresta, um espaço de caçadores, carvoeiros,

Foto 4:Clareira aberta por desmatamento e fornos dentro na Reserva Biológica do Gurupi.



Os dados da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX dão conta que as cinco siderúrgicas instaladas em Açailândia exportaram aproximadamente de US\$ 390 milhões em 2011. Deste modo, o ferro gusa produzido em Açailândia serve, depois de transformado, em aço nos Estados Unidos para atender a montadoras automobilísticas como a BMW, Nissan, Mercedes, Fiat, General Motors, entre outras. Trouxemos a imagem 5, para demonstrar a ineficácia dos órgãos públicos de proteção e controle ambiental, trata-se de uma clareira aberta produzida pela ação antrópica dentro da Reserva Biológica de Gurupi, relativamente próxima ao município de Açailândia.

Noutros termos, a historiadora Zilda Márcia Gricoli em artigo publicado pela Revista de História destacou a relação dos grandes complexos capitalistas que coexistem com a mais rudimentar exploração do homem, a escravização.²⁴ Portanto, tal processo ocorre desde países ditos 'industrializados' até regiões paupérrimas, de modo consuetudinário, ou seja, naturalizado como parte da cultura, não se trata de um processo natural, mas de construções fundadas nos princípios do capital, visando auferir cada vez mais lucros, através da exploração do homem pelo homem.

No final dos anos 80 e nos primeiros anos da década seguinte, foram implantadas em Açailândia cinco siderúrgicas que deram origem ao Pólo Guseiro assentado no Distrito de Piquiá, gerando um *frisson* migracional para a região sem precedentes e, por conseguinte, uma visão pouco holística de progresso na região. Atualmente, o Piquiá tem se contituído como *um depósito de mão de obra*, ou mesmo *um mix de bairro operário com favela*,²⁵ ou pior, uma espécie de quintal das siderúrgicas açailandenses, onde lançam todos os seus despojos industriais. Diante disso, trazemos um trecho do poema *Queixumes de Açailândia*, escrito em 1991, para endossar a fotografia abaixo, com dizer “*A cada manhã quando renasce o sol /*

pistoleiros, posseiros e madeireiros. Existem ainda diversos povos indígenas que habitam a Reserva como os Urubu-Kaapor, Guajajara, Tembé, Timbira e Guajá.

²⁴IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Trabalho escravo no Brasil atual: **Revista de História**. São Paulo-SP: USP, n.120, p.109-119, jan/jul.1989.

²⁵CANCELA, Cristina Donza. Estação Piquiá: Um novo quilômetro na fronteira amazônica. **Desenvolvimento & Cidadania**, São Luis, ano 2, n° 6, dez/jan.,1992.

Querendo banhar-me de dourados raios / Que não me alcançam, que não trespassam / O manto negro de fumaça que me cobre”.²⁶ Trazemos nas imagens a seguir, os impactos causados pela indústria da mineração aos moradores do Distrito Industrial de Piquiá em Açailândia, o que se vê é o total descomprometimento socioambiental das indústrias guseira na Região. É sabido que para a redução destes impactos da mineração, será necessário aumentar substancialmente as exigências ambientais e, sobretudo, a fiscalização, forçando uma mudança no comportamento das mineradoras e siderúrgicas. Os moradores do Baixo Piquiá relatam que a cada passagem e apitar do trem, as casas tremem e as crianças acordam. Somam-se a isso, a fumaça e a poluição do ar, geradas pelas siderúrgicas e carvoarias, provocando danos à saúde da população.

Foto5: Impactos socioambientais causados pelas guseiras e o transporte do minério de ferro.



www.fidh.org

A escolha do município se deu segundo o pesquisador Silvio Vieira “por sua privilegiada localização geográfica, oferecendo condições ideais para a implantação dessas empresas”,²⁷ a este respeito, trataremos na seção seguinte, tentando identificar quais características identitárias foram sendo impressas na cidade e seus habitantes, forjadas sob o manto do desenvolvimento econômico e seus desdobramentos. Deste modo, vemos que a privilegiada localização no entroncamento rodo-ferroviário da BR-010 [Belém-Brasília] com a BR-222 com o entroncamento da Ferrovia de Carajás com a Ferrovia Norte-Sul, constituindo-se no maior entroncamento rodo-ferroviário do Norte e Nordeste do país, tornando-se o epicentro do Corredor de Exportação Centro-Norte. A atividade econômica de Açailândia é bastante intensa, as ferrovias Carajás e Norte Sul se encontram no Distrito Industrial de Piquiá a 14,5km do centro comercial da cidade. O principal módulo do pólo siderúrgico ao longo da Ferrovia Carajás situada no Distrito de Piquiá, juntamente com os terminais regionais de petróleo e seus derivados.

²⁶PESSOA, Raimundo Morais. **Fragmentos de minha vida**. 2.ed. Açailândia; 1997, p.50.

²⁷VIEIRA, 2010, p. 59.

Referências

BASCARÁN, Carmen; MOURA, Flávia; TEIXEIRA, Milton [Org.]. **II Conferencia Inter-participativa sobre trabalho escravo e super-exploração em fazendas e carvoarias:** trabalho escravo é crime; desenvolvimento sustentável é vida. CDVDH. Açailândia; Gráfica Açailândia, 2007, p. 16.

BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença da História. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. [Orgs.] **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed. 2006, p. 221.

CANCELA, Cristina Donza. Estação Piquiá: Um novo quilômetro na fronteira amazônica. **Desenvolvimento & Cidadania**, São Luis, ano 2, nº 6, dez/jan.,1992.

CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. **Correntes do Araguaia:** a exploração de trabalhadores migrantes no nordeste mato-grossense durante a década de 1970. 2012. 132p. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Grande Carajás: Nascimento de um Pólo Gaseiro em Açailândia, Maranhão. **Cadernos do Centro de Estudos e Ação Social** [CEAS], Salvador, nº 142, pp. 74-85, Novembro/dezembro. 1992.

CIOCCARI, Marta. CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no campo - Brasil 1962-1985:** camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília; 2011, p. 139.

DA SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira cultural:** A alteridade maranhense no sudeste do Pará [1970-2008]. 230f. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

DA SILVA, Idelma Santiago. **Migração e cultura no sudeste do Pará:** Marabá [1968-1988].188f. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2006.

DIAS, Gonçalves. Canção do exílio. In.: BANDEIRA. Manuel. **Obras poéticas de Antonio Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: Nacional, 1944.

HOMA, Alfredo K. **Amazônia:** Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola. Brasília: Embrapa-SP, 1998.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Trabalho escravo no Brasil atual: **Revista de História**. São Paulo-SP: USP, n.120, p.109-119, jan/jul.1989.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira** - a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, Hucitec, 1997, p.13.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A Siderurgia e a Produção do Carvão Vegetal no Corredor da Estrada de Ferro Carajás. In.: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo G. **10 Anos de Ferro Carajás**. Belém: UFPA, 1997.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia:** Drenagem energético material e pauperização regional. Belém: NAEA/UFPA. 1998.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão:** economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó [MA]. São Luís, EDUFMA, 2009.

PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. **A escravidão contemporânea no Brasil e o desmatamento da Floresta Amazônica:** impactos socioambientais provocados pelas carvoarias em Açailândia-MA. 2008. 103p. Monografia [Graduação em Ciências Sociais/antropologia] Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. **A escravidão por dívidas nas carvoarias da Amazônia.** 2009. 101p. Monografia [Graduação em Ciências Sociais/Sociologia] Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

PESSOA, Raimundo Morais. **Fragmentos de minha vida.** 2.ed. Açailândia; 1997, p.50.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **O projeto Grande Carajás - PGC e algumas consequências regionais.**Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, Nº 07, Rio, 2010.

SOUZA, Maria Aparecida A. Martins. **Retalhos de vidas:** escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia [1970-2005]. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

SUTTON. Alison. **Trabalho escravo:** um elo na cadeia da modernização no Brasil hoje. São Paulo, CPT/Anti-Slavery International, 1994, p.22.

VIEIRA, Marciano Max Rodrigues. **Projetos de colonização em Mato Grosso:** a superexploração de trabalhadores migrantes a partir de 1970. 2010. 123p. Dissertação [Mestrado em História], Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

VIEIRA, Silvio. **A influência do pólo guseiro no desenvolvimento de Açailândia.** 2002. 68p. Monografia [Graduação em história]. Centro de Estudos Superiores de Imperatriz - CESI, Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz, 2002, p.45.